

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 19/2026 de 05 de fevereiro

Sumário: Autoriza a transferência de verbas entre as rubricas orçamentais do Ministério da Justiça, com vista a assegurar a aquisição de mobiliários e equipamentos para o funcionamento dos serviços a ser instalados no Campus da Justiça – Complexo B, bem como a aquisição de equipamentos informáticos para reforçar a transformação digital dos processos judiciais nas comarcas do país a cargo do Instituto da Modernização e Inovação da Justiça.

Nos termos do n.º 4 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 1/2026, de 9 de janeiro, que define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento do Estado para o ano económico de 2026, a realização de transferências de verbas inter-unidades orçamentais enquadradas em programas de pilares diferentes só podem ser efetuadas mediante Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta conjunta do membro do Governo responsável pelo setor e do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Considerando a necessidade de se assegurar a aquisição de mobiliário administrativo mínimo, para as salas de audiências, *front offices* para o Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses e para o Ministério Público e Tribunal, equipamentos de auditório e, equipamentos tecnológicos de laboratórios, sistema de áudio e mobiliário técnico para as diversas unidades orgânicas do Campus da Justiça, garantindo a efetividade dos investimentos já realizados e uma finalização bem-sucedida do projeto, bem como a aquisição de equipamentos informáticos para reforçar a transformação digital dos processos judiciais nas comarcas do país, torna-se imprescindível proceder aos devidos ajustamentos orçamentais, de modo a assegurar a adequada afetação de recursos à rubrica que carece de reforço.

Importa reforçar que esta iniciativa se encontra enquadrada no Programa do Governo da X Legislatura, que definiu a instalação do Campus da Justiça como uma das medidas prioritárias para o setor. Este projeto visa melhorar as condições de funcionalidade da administração da justiça, gerar economias de escala e reforçar a segurança, bem como a qualidade das condições de atendimento dos serviços e dos respetivos utentes.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 1/2026, de 9 de janeiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Objeto

É autorizada a transferência de verbas entre as rubricas orçamentais do Ministério da Justiça, no

montante global de 180.308.856\$00 (cento e oitenta milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e seis escudos), com vista a assegurar a aquisição de mobiliários mínimos e aquisição de equipamentos informáticos para reforçar a transformação digital dos processos judiciais nas comarcas do país a cargo do Instituto da Modernização e Inovação da Justiça, equipamentos de laboratórios para o funcionamento dos serviços a ser instalados no Campus da Justiça, no âmbito da execução deste Projeto, enquadrado no Pacote de Infraestruturas Judiciárias, conforme os quadros em anexo à presente Resolução, que dela fazem parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Aprovada em Conselho de Ministros, ao 30 de janeiro de 2026. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

ANEXO

(A que se refere o artigo 1º)

Alterações Orçamentais inter-centro de Custos						
Código	Projeto Rubricas classificações económicas	Financiador	Orçamento inicial	Orçamento atual	Anulação	Inscrição / Reforço
40.10.15.08.15	Serviços Prisionais e Reinserção Social	Tesouro				
	02.08.07 - Outras Despesas Residual		7 000 000	7 000 000	7 000 000	
40.10.15.17.02	Recenseamento Eleitoral					
	02.08.02.01.09 - Id Outras Correntes		15 678 249	15 678 249	5 308 856	
50.01.01.03.64.01	Eleições Gerais					
	02.06.03.01.09 - Outras Transferências Administrações Públicas Corr		850 000 000	850 000 000	135 000 000	
40.10.15.25.01	Instituto Modernização e Inovação da Justiça					
	03.01.01.02.03.01 - Equipamento Administrativo - Aquisições					45 000 000
50.03.01.01.41	Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça					
	03.01.01.02.03.01 - Equipamento Administrativo - Aquisi					102 308 856
Total					147 308 856	147 308 856

Alterações Orçamentais inter-centro de Custos						
Código	Projeto Rubricas classificação económicas	Financiador	Orçamento inicial	Orçamento atual	Anulação	Inscrição / Reforço
50.03.01.02.10	Formação de guardas prisionais	CGJ				
	02.02.02.01.02 - Honorários		5 000 000	5 000 000	3 000 000	
50.03.01.02.23	Construção Do Palácio De Justiça Do Sal					
	02.02.02.00.02 - Conservação E Reparação De Bens		40 000 000	40 000 000	20 000 000	
50.05.01.03.59	Sistema Prisional Seguro					
	02.02.02.01.00 - Vigilância E Segurança		20 000 000	20 000 000	10 000 000	
50.03.01.01.41	Obras e Beneficiação dos Edifícios da Justiça					
	03.01.01.02.03.01 - Equipamento Administrativo - Aquisições					33 000 000
Total					33 000 000	33 000 000